

Nível Superior

Analista de Gestão Advogado

Tipo 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva;
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- Só será possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões após o término do período de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados;
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de folha de respostas em caso de erro;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Língua Portuguesa

1

A substituição da oração adjetiva por um adjetivo de valor equivalente está feita de forma **inadequada** em:

- (A) “Quando você elimina o impossível, o que sobra, por mais improvável que pareça, só pode ser a verdade”. / restante
- (B) “Sábio é aquele que conhece os limites da própria ignorância”. / consciente dos limites da própria ignorância.
- (C) “A única coisa que vem sem esforço é a idade”. / indiferente
- (D) “Adoro a humanidade. O que não suportam são as pessoas”. / insuportável
- (E) “Com o tempo não vamos ficando sozinhos apenas pelos que se foram: vamos ficando sozinhos uns dos outros”. / falecidos

2

Todos os pensamentos a seguir foram reescritos de forma que os segmentos que os compõem fossem trocados de posição.

Assinale a opção em que a troca se revela adequada, já que conserva o sentido original do pensamento.

- (A) “O fim justifica os meios”. / Os meios justificam o fim.
- (B) “Entender tudo é perdoar tudo”. / Perdoar tudo é entender tudo.
- (C) “Não dê o peixe, ensine a pescar”. / Não ensine a pescar, dê o peixe.
- (D) “É mais fácil construir um menino que consertar um homem” / É mais fácil consertar um homem que construir um menino.
- (E) “O trabalho de um educador é irrigar o deserto, não derrubar a floresta”. / O trabalho de um educador é derrubar a floresta, não irrigar o deserto.

3

Nas frases a seguir, foi feita a reescritura de orações desenvolvidas de modo a torná-las reduzidas.

Assinale a frase que apresenta a reescritura **inadequada**, por não respeitar o sentido original.

- (A) “Quando você elimina o impossível, o que sobre, por mais improvável que pareça, só pode ser a verdade”. / apesar de parecer mais improvável
- (B) “O coração do homem é como um moinho que trabalha sem parar”. / a trabalhar
- (C) “Eu adoro surpresas, desde que eu esteja pronto para elas”. / se eu estiver pronto para elas.
- (D) “É da natureza das emergências que elas sejam inconvenientes”. / serem elas inconvenientes.
- (E) “O ideal é que não esperemos pelo momento ideal”. / não esperarmos pelo momento ideal.

4

Em muitos textos, podemos substituir uma oração por uma frase nominal.

Assinale a opção que indica o caso em que essa substituição foi feita de forma **inadequada**.

- (A) “Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos”. / Após a morte da infância.
- (B) “Nunca é tarde para ter uma infância feliz”. / para a experiência de uma infância feliz.
- (C) “Adolescência é a maneira de a natureza preparar os pais para receberem bem o ninho vazio”. / para a boa recepção de um ninho vazio.
- (D) “Lar não é onde você vive, mas onde entendem você”. / mas o local de seu entendimento.
- (E) “A missão da arte não é copiar a natureza, apenas expressá-la”. / apenas a sua expressão.

5

Assinale a frase em que a expressão “a gente” **não** exemplifica a variante coloquial de linguagem.

- (A) “Hipótese é uma coisa que não é, mas a gente faz de conta que é, para ver como seria se ela fosse”.
- (B) “É uma grande obra arquitetônica e a gente que passa por lá fica impressionada com a grandeza da obra”.
- (C) “Um cadáver é o produto final. A gente é apenas a matéria-prima”.
- (D) “A morte impede a gente de viver, não de morrer”.
- (E) “Não há nada novo sob o sol, mas há muitas coisas velhas que a gente não conhece”.

6

Todos os pensamentos a seguir mostram pronomes sublinhados que estabelecem coesão com elementos anteriores.

Assinale a opção que indica a frase em que esse referente anterior é uma oração.

- (A) “Quão maravilhosas são as pessoas que não conhecemos bem”.
- (B) “O que mais impede que sejamos naturais é o desejo de assim parecermos”.
- (C) “Você não se preocuparia com o que as pessoas pensam de você, se soubesse como é raro elas fazerem isso”.
- (D) “Tato é a capacidade de acender fogo nas pessoas, sem fazer seu sangue ferver”.
- (E) “Ninguém é mais escravo do que aquele que se acha livre sem sê-lo”.

7

Assinale a frase em que a grafia do vocábulo sublinhado está **inadequada**.

- (A) As autoridades dizem a toda hora que estão profundamente preocupadas com o crime organizado. Por quê? Preferem o crime esculhambado?
- (B) Responda depressa: por que, na máquina escrever, o alfabeto não está em ordem alfabética?
- (C) Quando a mulher diz que depois do marido nunca mais vai querer saber de outro homem é porque pensa que nunca mais vai encontrar outro igual ou porque tem medo de só encontrar outros iguais?
- (D) Por que é que, na estrada, o molenga está sempre na nossa frente e o apressadinho vem sempre atrás?
- (E) Entre o porque e o por quê há mais bobagem gramatical do que sabedoria semântica.

8

“O homem livre não pensa em nada a não ser na morte”.
A forma de reescrever-se essa frase que mantém o seu sentido original é:

- (A) O homem livre só pensa na morte.
- (B) O homem livre pensa em tudo, exceto na morte.
- (C) O homem livre não pensa em nada, menos na morte.
- (D) O homem livre pensa em tudo, salvo na morte.
- (E) O homem livre pensa em tudo, inclusive na morte.

9

Em todas as frases a seguir há comparações.

Assinale a opção em que a comparação **não** é explicada.

- (A) “Os avarentos são como as bestas de carga: carregam o ouro e se alimentam de aveia”.
- (B) “Sei que meu trabalho é como uma gota no oceano, mas sem ele, o oceano seria menor”.
- (C) “O fim da ambição é como o horizonte: recua à medida que avançamos”.
- (D) “Ambição é como a fome. Sua única lei é o apetite”.
- (E) “Preocupações são como um cavalo bravo, dá a você alguma coisa com que se ocupar, mas não te leva a lugar nenhum”.

10

Em todas as frases a seguir há um pronome pessoal sublinhado em função anafórica, ou seja, estabelecendo uma relação de coesão com um referente anterior.

Assinale a opção que indica a frase em que a identificação do referente foi feita adequadamente.

- (A) “Hipótese é uma coisa que não é, mas a gente faz de conta que é, para ver como seria se ela fosse”. / coisa
- (B) “A última função da razão é reconhecer que há uma infinidade de coisas que a ultrapassam”. / infinidade
- (C) “Uma pessoa inteligente resolve um problema, um sábio o previne”. / uma pessoa inteligente
- (D) “Fatos são o ar dos cientistas. Sem eles o cientista nunca poderia voar”. / o ar
- (E) “Se o conhecimento pode criar problemas, não é através da ignorância que podemos solucioná-los”. / problemas

Conhecimentos Específicos

Direito Administrativo

11

As opções a seguir apresentam prerrogativas das agências reguladoras, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Autonomia decisória.
- (B) Independência administrativa.
- (C) Poder normativo técnico.
- (D) Autonomia econômico-financeira.
- (E) Competência tributária.

12

A respeito do regime jurídico das sociedades de economia mista que explorem atividade econômica, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (B) As sociedades de economia mista se sujeitarão ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos trabalhistas.
- (C) As sociedades de economia mista deverão realizar licitação para compras e alienações.
- (D) Os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores serão disciplinados exclusivamente pelo ato constitutivo da sociedade de economia mista.
- (E) A criação de subsidiária de sociedades de economia mista que explorem atividade econômica depende de autorização legislativa.

13

Com relação aos atos administrativos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () O silêncio da Administração Pública em emitir o ato administrativo implica, necessariamente, em anuência tácita.
- () Há atos administrativos que não são autoexecutórios, dependendo da intervenção do Poder Judiciário para sua execução.
- () É possível a convalidação de atos administrativos que possuam vícios sanáveis.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e F.
- (C) V, V e V.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

14

A Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93) tem como uma de suas diretrizes garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.

Em uma situação de empate em licitação realizada, assinale a opção que indica o critério de desempate que **não** pode ser adotado.

- (A) Bens e serviços produzidos no País.
- (B) Serviços prestados por empresas que utilizam ao menos 40% (quarenta por cento) de trabalhadores idosos.
- (C) Serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência.
- (D) Bens produzidos por empresas brasileiras.
- (E) Bens produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

15

Após investigação do Ministério Público Estadual, agente da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA é denunciado por ato de improbidade administrativa, por suposta prática de ato que teria violado princípios da administração pública.

Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não será caracterizada a improbidade administrativa caso não tenha havido prejuízo ao erário.
- (B) Os agentes da COMPESA não se submetem à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a qual tem como sujeitos passivos servidores públicos estatutários.
- (C) O direito de propositura da ação de improbidade em face do agente da COMPESA não se sujeita a prazo prescricional.
- (D) Em sendo proposta a ação de improbidade administrativa, não será possível o ajuizamento de nova demanda pela Fazenda Pública com objetivo de complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- (E) Em sendo o agente condenado por violação aos princípios da administração pública no exercício de suas funções, ele poderá perder a função pública, ter suspensos seus direitos políticos e pagar multa civil.

16

Sobre o tema do *poder de polícia*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A polícia administrativa tem caráter predominantemente preventivo, enquanto a polícia judiciária tem caráter predominantemente repressivo.
- II. O poder de polícia é indelegável, somente podendo ser exercido pela Administração Pública direta.
- III. O poder de polícia sempre será exercido em caráter vinculado, nos estritos termos da lei que autoriza o seu exercício.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

Leia o fragmento a seguir:

A concessão de serviço público se dará mediante licitação na modalidade de _____, sendo possível a escolha do critério da melhor proposta _____, com preço fixado no edital, devendo ser dada preferência à proposta apresentada por _____ em igualdade de condições na licitação.

Assinale a opção que indica corretamente os trechos suprimidos do fragmento.

- (A) tomada de preços – orçamentária – empresa brasileira
- (B) tomada de preços - contábil – microempresa
- (C) pregão – financeira – microempresa
- (D) concorrência – administrativa – microempresa
- (E) concorrência – técnica – empresa brasileira

18

Acerca das alterações dos contratos administrativos, conforme disposições da Lei nº 8.666/93, analise as afirmativas a seguir.

- I. É possível a alteração dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 por acordo das partes, quando conveniente a substituição da garantia da execução.
- II. Somente por acordo das partes é possível haver acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- III. É possível a alteração unilateral pela Administração quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

19

Ao instituir novos critérios para a concessão de aposentadoria e pensões para os servidores públicos e dependentes de servidores públicos estaduais, o Governador do Estado Alfa estabeleceu regras de transição, abrangendo os servidores e pensionistas que ainda não haviam preenchido todos os requisitos legalmente estabelecidos para a concessão da aposentadoria e pensão.

Sobre o tema, aponte o princípio do Direito Administrativo que rege o estabelecimento das regras de transição na concessão da aposentadoria e pensão.

- (A) Princípio da proteção à confiança.
- (B) Princípio da autotutela.
- (C) Princípio da indisponibilidade.
- (D) Princípio da supremacia do interesse público.
- (E) Princípio da precaução.

20

Na aquisição de material de escritório para a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, decidiu-se utilizar o pregão como modalidade de licitação.

A respeito do caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A modalidade de licitação escolhida é inadequada, uma vez que o pregão somente pode ser utilizado pela Administração Pública direta e indireta da União.
- (B) A modalidade de licitação escolhida é inadequada, uma vez que o pregão não pode ser utilizado na aquisição de bens e serviços comuns.
- (C) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e as ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos.
- (D) A habilitação dos licitantes precederá o julgamento da melhor proposta e se sujeitará a recurso em prazo não inferior a 8 (oito) dias úteis.
- (E) Como condição para a participação na licitação, a COMPESA pode exigir que os licitantes interessados adquiram o edital de licitação, que deve estar disponível pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias úteis antes do julgamento.

Direito Constitucional

21

Roberval, estudante de direito, leu uma alentada obra a respeito dos direitos e garantias individuais e coletivos contemplados no texto constitucional. Após amplas reflexões, percebeu que muitos direitos eram potencialmente colidentes com outros, a exemplo do que se verifica com o direito à honra e o direito à liberdade de expressão. A partir dessa constatação, procurou o seu professor de Direito Constitucional e o questionou sobre essa aparente “falha” do sistema constitucional, que protege bens e valores incompatíveis entre si.

Após ouvir atentamente a dúvida de Roberval, o professor explicou que direitos e garantias aparentemente incompatíveis entre si podem ser compatibilizados conforme a natureza jurídica das normas constitucionais que os contemplam.

Com os olhos voltados a essa afirmação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os direitos fundamentais possuem a natureza jurídica de regras, o que contribui para a sua máxima efetividade na realidade.
- (B) Ao ser identificado um conflito entre direitos fundamentais, deve ser atribuída primazia àquele de hierarquia superior, o que é sempre definido no plano abstrato.
- (C) A concordância prática dos direitos fundamentais é viabilizada ao ser-lhes atribuída a natureza jurídica de princípios, o que permite a identificação daquele que deve ter primazia no caso concreto;
- (D) A concordância prática dos direitos fundamentais não é influenciada pela natureza jurídica das normas constitucionais que os abrigam.
- (E) O conflito entre as normas constitucionais que abrigam os direitos e garantias fundamentais é sempre resolvido no plano da validade.

22

Um grupo de empregados concursados de uma empresa pública estadual, que explora atividade econômica, solicitou que deputados estaduais apresentassem projeto de lei que estendesse à categoria diversas vantagens pecuniárias previstas no estatuto dos servidores públicos civis do respectivo Estado.

O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa, bem como sancionado e promulgado pelo Governador do Estado, daí resultando a publicação da Lei XX.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que esse diploma normativo é

- (A) plenamente constitucional.
- (B) inconstitucional, apenas em razão do vício de iniciativa.
- (C) inconstitucional, apenas em razão da incompetência do Estado para legislar sobre a matéria.
- (D) inconstitucional, apenas em razão da impossibilidade de os empregados concursados receberem as referidas gratificações.
- (E) inconstitucional, em razão do vício de iniciativa e da impossibilidade de os empregados concursados receberem as referidas gratificações.

23

Determinado administrador público solicitou à sua assessoria que elaborasse um edital para a realização de concurso público com o objetivo de prover os cargos que estavam vagos. Ao receber a minuta do edital, o administrador teve dúvidas em relação ao teor de três cláusulas que não estavam previstas em lei.

De acordo com a primeira, somente os candidatos aprovados no exame psicotécnico poderiam ser nomeados para os cargos; a segunda fixou um limite máximo de idade para o acesso aos cargos, o qual se mostrava nitidamente razoável; e a terceira dispôs que os cargos não providos por intermédio do concurso seriam oferecidos a servidores de outras carreiras da Administração Pública e providos por meio de transposição funcional.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil e da interpretação que lhe vem sendo dispensada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) as três cláusulas são constitucionais.
- (B) somente a primeira e a segunda cláusulas são constitucionais.
- (C) as três cláusulas são inconstitucionais.
- (D) somente a terceira cláusula é constitucional.
- (E) somente a segunda cláusula é inconstitucional.

24

Consoante o Art. 5º, inciso XLV, da Constituição da República Federativa do Brasil, “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

Com os olhos voltados à classificação das normas constitucionais, é correto afirmar que a interpretação desse comando normativo dá origem a uma norma constitucional

- (A) de eficácia plena e aplicabilidade integral.
- (B) de eficácia indireta e aplicabilidade contida.
- (C) de eficácia plena e aplicabilidade limitada.
- (D) de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.
- (E) de eficácia contida e aplicabilidade direta.

25

Determinada Constituição Estadual veiculou três disposições a respeito da Administração Pública Indireta, com o propósito declarado de aumentar o controle a respeito da aptidão dos respectivos dirigentes e das atividades desenvolvidas em prol do interesse público.

O Art. 101 dispôs que os presidentes de todos os entes da Administração Pública Indireta, a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, deveriam ser aprovados pela Assembleia Legislativa.

O Art. 102 dispôs que referidos presidentes poderiam ser convocados, pelas comissões parlamentares, a prestar esclarecimentos a respeito das atividades desenvolvidas pelo respectivo ente.

Por fim, o Art. 103 previu que o Governador do Estado poderia ser convocado a prestar esclarecimentos, perante o plenário da Assembleia Legislativa, a respeito dos entes da Administração Pública Indireta incumbidos da prestação de serviços públicos.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- (A) somente o Art. 102 é constitucional.
- (B) todos os artigos são inconstitucionais.
- (C) somente os artigos 101 e 102 são inconstitucionais.
- (D) todos os artigos são constitucionais.
- (E) somente o Art. 103 é inconstitucional.

26

Ednaldo soube por um amigo que determinada empresa pública estadual mantinha em seu poder diversas informações, relativas à sua pessoa, que seriam incorretas. Ato contínuo procurou um advogado e solicitou esclarecimentos de como deveria proceder para retificar os dados incorretos.

À luz da sistemática constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ednaldo deve impetrar um mandado de segurança, quer tenha solicitado a retificação dos dados à autoridade administrativa, quer não.
- (B) Ednaldo deve impetrar um mandado de segurança, desde que tenha solicitado a retificação dos dados à autoridade administrativa e tal tenha sido negado.
- (C) Ednaldo deve impetrar um mandado de injunção, de modo que o tribunal competente fixe os balizamentos a serem observados na correção dos dados.
- (D) Ednaldo deve impetrar um *habeas data*, que pressupõe a apresentação de prova do indeferimento administrativo do pedido de retificação.
- (E) Ednaldo deve impetrar um *habeas data*, que independe da formulação de prévio requerimento de retificação na esfera administrativa.

27

O presidente de determinado ente da Administração Pública Indireta do Estado Alfa formulou consulta à sua assessoria jurídica a respeito da necessidade, ou não, de os dirigentes dessas entidades prestarem contas ao Tribunal de Contas. Após alentada pesquisa e detida análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o assessor-chefe chegou à única conclusão que se mostrava harmônica com a ordem constitucional.

Dentre as entidades que integram a Administração Pública Indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas

- (A) somente as autarquias e as fundações, com personalidade jurídica de direito público ou privado.
- (B) somente as autarquias, as fundações com personalidade jurídica de direito público e as empresas públicas.
- (C) as autarquias e as fundações, bem como as sociedades de economia mista e as empresas públicas, mas, neste último caso, apenas em relação aos bens e valores públicos que administrem.
- (D) as autarquias, as fundações, as sociedades de economia mista e as empresas públicas.
- (E) somente as entidades que prestem serviços públicos.

28

Determinada empresa pública foi intimada do teor de sentença proferida por juiz de direito que contrariava frontalmente o teor de súmula vinculante. À luz desse fato, a assessoria jurídica informou ao presidente da referida empresa pública que utilizaria o instrumento processual adequado para que fosse reconhecida, de forma célere e definitiva, a injuridicidade da sentença, com a sua consequente cassação.

À luz da sistemática constitucional brasileira, esse instrumento é

- (A) o recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- (B) a reclamação endereçada ao Supremo Tribunal Federal.
- (C) o mandado de segurança endereçado ao Tribunal de Justiça.
- (D) o recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- (E) o recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.

Direito Tributário e Financeiro

29

A Fazenda Nacional lavrou um auto de infração em face de Caio, visando à cobrança de Imposto sobre Renda Pessoa Física – IRPF. Caio apresentou impugnação ao auto de infração, ainda não julgado.

Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crédito está com a exigibilidade ativa e a Fazenda deverá ajuizar execução fiscal para evitar a decadência do direito de lançar.
- (B) O crédito está com a exigibilidade ativa e a Fazenda deverá ajuizar execução fiscal para evitar a prescrição do crédito tributário.
- (C) O crédito está com a exigibilidade suspensa e, portanto, a Fazenda não pode ajuizar execução fiscal até o final do processo administrativo.
- (D) A impugnação do auto de infração extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação.
- (E) A impugnação do auto de infração exclui o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação.

30

Sobre a constituição do crédito tributário, analise as afirmativas a seguir.

- I. A entrega da declaração de rendimentos, seja mediante DCTF, GFIP e GIA pelo próprio contribuinte reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- II. O envio do carnê de cobrança do IPTU ao endereço do contribuinte constitui o crédito tributário.
- III. A revisão do lançamento só pode ser iniciada se não extinto pela decadência o direito de a Fazenda Pública lançar.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

31

Com relação às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000) assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A LRF fixa limites diferentes de gastos com pessoal para a União, os Estados, o Distrito Federal e para os Municípios.
- () As disposições da LRF obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.
- () Cabe ao Senado Federal verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, F e V.
- (E) V, V e F.

32

A lei de diretrizes orçamentárias está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, e foi regulamentada por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Nesse sentido, no que se refere à lei de diretrizes orçamentárias, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A lei de diretrizes orçamentárias é de iniciativa do Poder Executivo.
- (B) Os projetos de lei relativos às diretrizes orçamentárias devem ser apreciados pelas duas casas do Congresso Nacional.
- (C) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal referente aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- (D) Quando não compatíveis com o plano plurianual, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas.
- (E) Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização da lei de diretrizes orçamentárias.

33

O Estado Alfa deixou de instituir, prever e arrecadar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Sobre o regime da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção que indica a restrição prevista ao Estado Alfa por deixar de instituir, prever e arrecadar o imposto.

- (A) Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária.
- (B) Receber transferências voluntárias de outros entes da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira.
- (C) Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título.
- (D) Provedimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título.
- (E) Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente da Federação.

34

José ajuizou ação trabalhista contra a sociedade empresária Gama, sua antiga empregadora, visando à cobrança de salários atrasados, horas-extras trabalhadas, 13º salário, e, ainda, licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço.

O juiz deu provimento aos pedidos e José recebeu todas as verbas com o desconto do Imposto sobre Renda Pessoa Física – IRPF.

Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Está correta a retenção do IRPF, uma vez que todas as verbas são produto do trabalho de José.
- (B) Está incorreta a retenção do IRPF no que se refere às verbas de horas-extras e do 13º salário, por serem verbas de caráter indenizatório.
- (C) Está incorreta a retenção do IRPF no que se refere às verbas de horas-extras e de licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço, por serem verbas de caráter indenizatório.
- (D) Está incorreta a retenção do IRPF apenas no que se refere à verba de licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço, por ter caráter indenizatório.
- (E) Está incorreta a retenção do IRPF apenas no que se refere à verba de horas-extras, por ter caráter indenizatório.

35

Em 2016, Caio adquiriu um carro de João que tinha débitos do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor – IPVA em atraso.

Sobre a responsabilidade de Caio pelo pagamento do IPVA do carro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caio é pessoalmente responsável pelo pagamento do IPVA.
- (B) Caio é subsidiariamente responsável pelo pagamento do IPVA.
- (C) Caio é responsável solidário pelo pagamento do IPVA.
- (D) Caio é substituto tributário pelo pagamento do IPVA.
- (E) Caio não responde pelo pagamento do IPVA, uma vez que é João o contribuinte do imposto.

36

Sobre o princípio da isonomia no direito tributário e sua efetividade, analise as afirmativas a seguir.

- I. Viola o princípio da isonomia a instituição de isenção de custas e emolumentos para membros do Poder Judiciário.
- II. O tratamento diferenciado e favorecido a empresas de acordo com o seu porte, não viola o princípio da isonomia.
- III. Viola o princípio da isonomia a concessão de privilégios fiscais às empresas públicas e às sociedades de economia mista, não extensivos às empresas do setor privado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Civil

37

Amanda, Bianca e Cristiana contraíram empréstimo no valor de R\$ 150.000,00 a Frederico, com vista a iniciar um negócio conjunto, tendo o contrato estabelecido a solidariedade entre as três devedoras. Depois de concluído o negócio, contudo, Frederico exonerou Amanda da solidariedade. Já Bianca veio a falecer, deixando dois herdeiros maiores e capazes, seus filhos Felipe e Bernardo, cabendo a cada um, na partilha, herança bastante superior ao valor do empréstimo.

Considerando ter havido o vencimento da dívida depois de realizada a partilha dos bens deixados pela devedora Bianca, com relação à exigibilidade do crédito assinale a afirmativa correta.

- (A) Frederico poderá exigir a dívida toda, tanto de Amanda quanto de Felipe, Bernardo ou Cristiana.
- (B) Frederico poderá exigir a dívida toda de Amanda ou Cristiana, mas nada poderá exigir de Felipe ou Bernardo.
- (C) Frederico poderá exigir a dívida toda de Cristiana, mas nada poderá exigir de Amanda; já com relação a Felipe e Bernardo, poderá exigir de cada um a cota correspondente ao seu quinhão hereditário.
- (D) Frederico poderá exigir a dívida toda de Cristiana; de Amanda, apenas a sua cota parte; mas nada poderá exigir de Felipe ou de Bernardo.
- (E) Frederico poderá exigir a dívida toda de Cristiana; de Amanda, apenas a sua cota parte; de Felipe e de Bernardo, poderá exigir, de cada um, a cota correspondente ao seu quinhão hereditário.

38

Pedro resolve iniciar um comércio especializado na venda e instalação residencial de artigos eletrônicos de imagem e som. Preocupado com a sua responsabilidade perante os seus futuros consumidores, contrata um advogado para redigir um instrumento contratual padrão, que deverá reger todos os negócios que vierem a ser celebrados por ele, mediante assinatura dos respectivos consumidores.

Observando tratar-se de contrato por adesão, será válida a cláusula contratual que, redigida de forma clara e em destaque, contando com manifestação expressa do consumidor, estipular que

- (A) Pedro só será responsável por eventuais defeitos de quaisquer produtos se o defeito puder ser identificado no momento da instalação do produto.
- (B) a responsabilidade civil de Pedro por danos sofridos por consumidores se circunscreve àqueles decorrentes de instalação indevida dos equipamentos, não abrangendo quaisquer outros.
- (C) em contratos de valor total superior a dez mil reais, eventual litígio deverá, necessariamente, ser submetido a arbitragem.
- (D) Pedro, em caso de defeito de qualquer produto, terá o prazo de noventa dias para providenciar o conserto, só se submetendo à sua substituição ou à restituição do preço se o defeito não puder ser reparado nesse interregno.
- (E) o atraso do consumidor no pagamento de qualquer parcela do preço importará incidência de multa de 10% do valor da parcela em atraso.

39

Leandro celebrou com Mariana contrato de locação não residencial, tendo por objeto imóvel de propriedade da segunda, no qual o primeiro estabeleceu um pequeno comércio de gêneros alimentícios.

Para que Leandro exerça o direito à renovação da locação, não sendo isso do interesse de Mariana, deve preencher os requisitos listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) O contrato em vigor tenha prazo determinado de cinco anos.
- (B) O contrato em vigor seja celebrado por escrito.
- (C) O locatário esteja explorando o seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos.
- (D) A ação renovatória seja proposta entre um ano e seis meses antes do vencimento do contrato em vigor.
- (E) O contrato em vigor tenha prazo certo.

40

Luiz dirigia o seu automóvel por uma via pública e freou o carro cuidadosa e lentamente ao chegar a um cruzamento. Um caminhão de uma transportadora que vinha logo atrás dele, contudo, colidiu na traseira do seu veículo, em virtude de o motorista ter se distraído ao volante com o seu telefone celular.

Tendo em vista os fatos descritos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Luiz pode propor ação indenizatória com vista a ser ressarcido dos prejuízos decorrentes do acidente em face da transportadora, ainda que esta não tenha agido com culpa na escolha do motorista que guiava o caminhão.
- II. Se o pedido for julgado procedente, a indenização deverá ser acrescida de juros de mora contados desde a data do acidente, ainda que Luiz demore a propor a ação, respeitado o prazo prescricional da sua pretensão.
- III. O prazo prescricional para a propositura da ação indenizatória é de cinco anos, a contar da data do acidente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

41

Eduardo era empresário do setor têxtil e comprava, com habitualidade, tintas e corantes produzidos por Henrique. Nesse contexto, Eduardo envia a Henrique correio eletrônico em que solicita a remessa de sessenta litros de um determinado corante vermelho que ele costumava comprar de Henrique, comprometendo-se a pagar o mesmo preço praticado na sua aquisição anterior, em trinta dias a contar do recebimento do produto, como era comum na relação entre eles.

Henrique só viu o *e-mail* uma semana depois e respondeu a Eduardo afirmando só ter em estoque vinte litros, que remetia imediatamente. Além disso, salientava que o preço do produto havia subido 8% desde a última operação realizada entre as partes. Emitia, assim, fatura para pagamento em trinta dias, mas, com o valor reajustado do preço.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Eduardo deve recusar-se a receber a encomenda e a pagar o preço estipulado por Henrique.
- (B) Eduardo pode recusar-se a pagar o preço estipulado por Henrique, mas não pode rejeitar o produto, devendo pagar o valor praticado anteriormente pelas partes.
- (C) Eduardo pode recusar-se a receber a encomenda mas, se optar por ficar com o produto, deve pagar o preço constante da fatura.
- (D) Eduardo pode recusar-se a receber a encomenda e, se optar por ficar com o produto, pode pagar o preço praticado anteriormente pelas partes.
- (E) Eduardo não pode recusar-se a receber a encomenda ou a pagar o preço estipulado por Henrique.

Direito Processual Civil**42**

A respeito das disposições sobre Função Jurisdicional, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A continência entre duas ou mais ações ocorre quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- (B) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.
- (C) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- (D) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações, mas a cláusula de eleição de foro não vincula os herdeiros e sucessores.
- (E) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.

43

a respeito dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Não é considerado terceiro para efeitos de ajuizamento de embargos aquele que sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte.
- (B) Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
- (C) A decisão que reconhecer suficientemente provado o domínio ou a posse determinará a suspensão das medidas constritivas sobre os bens litigiosos objeto dos embargos, bem como a manutenção ou a reintegração provisória da posse, se o embargante a houver requerido.
- (D) Na petição inicial, o embargante fará a prova sumária de sua posse ou de seu domínio e da qualidade de terceiro, oferecendo documentos e rol de testemunhas, sendo facultada a prova da posse em audiência preliminar designada pelo juiz.
- (E) Contra os embargos do credor com garantia real, o embargado somente poderá alegar que: o devedor comum é insolvente; o título é nulo ou não obriga a terceiro; outra é a coisa dada em garantia.

44

Considerando as regras sobre nulidade dos atos processuais previstas no Código de Processo Civil em vigor, analise as afirmativas a seguir.

- I. O juiz, ao pronunciar a nulidade dos atos, mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade.
- II. Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- III. O processo é nulo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, porém a nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

Com relação à *mediação*, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação.
- () Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação, com exceção de proposta formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito, será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação.
- () Ainda que haja processo arbitral ou judicial em curso, as partes poderão submeter-se à mediação, hipótese em que requererão ao juiz ou árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) V, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e V.

46

A respeito dos *processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica e pelo terceiro prejudicado, cabendo a este demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.
- (B) A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer e considera-se aceitação tácita a prática, sem nenhuma reserva, de ato incompatível com a vontade de recorrer.
- (C) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- (D) Cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
- (E) Contra decisão monocrática proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, não podendo o relator se retratar.

Direito do Trabalho

47

Pedro e Ícaro ajuízam reclamação plúrima contra a empresa X postulando o reconhecimento de vínculo empregatício para ambos e pagamento de diversos direitos lesados. Em audiência, a empresa conciliou com ambos, sendo com Pedro mediante pagamento de R\$ 15.000,00 sem reconhecimento do vínculo empregatício (constando no termo de acordo a expressão “*por eventuais serviços prestados*”) e para Ícaro, com reconhecimento do vínculo empregatício, assinatura da CTPS e pagamento de R\$ 10.000,00. Não houve discriminação da natureza das parcelas.

Em relação à situação retratada, de acordo com a Lei e o entendimento consolidado do TST, no que concerne à tributação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em ambos os casos aplicar-se-á o regime de caixa no tocante à contribuição fiscal, que incidirá sobre o valor total recebido por cada autor.
- (B) Ambos os trabalhadores recolherão, pela sua cota-parte, INSS no percentual de 20% e o imposto de renda observará o regime de competência.
- (C) No caso de Ícaro, tendo havido reconhecimento do vínculo, se a empresa não depositar o INSS devido mês a mês a execução será feita nos próprios autos.
- (D) No caso de Pedro, uma vez que não houve vínculo empregatício reconhecido, não haverá tributação.
- (E) A cota previdenciária a ser recolhida no caso de Pedro será de 31% e no caso de ambos os autores não haverá necessidade de manifestação da União em virtude do valor.

48

Uma sociedade de economia mista elaborou com o sindicato de classe dos empregados um acordo coletivo, com vigência de janeiro de 2015 a janeiro de 2016. Nele, havia uma cláusula prevendo que todos os empregados receberiam uma cesta básica mensal caso não tivessem falta injustificada no mês anterior e outra prevendo que a empresa entregaria ao sindicato, a cada 2 meses, rol dos novos empregados, com nome completo e endereço, para que o sindicato fizesse gestão no sentido de filiá-los, mostrando as vantagens de tal decisão. Terminada a vigência, as partes não conseguiram entabular novo acordo coletivo.

Diante da situação apresentada e do entendimento consolidado do TST, para a situação dos empregados que já estavam na empresa quando da elaboração do acordo coletivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) À empresa, terminada a vigência da norma, não subsiste nenhuma obrigação porque implementado o termo.
- (B) As cláusulas, pela teoria da aderência ilimitada, permanecerão em vigor até que sejam expressamente revogadas.
- (C) O TST é omissivo a respeito, cabendo às partes o ajuizamento de ação de revisão para que o Judiciário defina a situação.
- (D) A cláusula relativa à cesta básica terá ultratividade, enquanto a de entrega da relação de empregados ao sindicato, não.
- (E) A cláusula concernente ao sindicato terá ultratividade, em razão do princípio da proteção, mas não a que atine à cesta básica.

49

Gerson trabalha numa sociedade de economia mista estadual desde 2004. Ele foi aprovado em concurso público para o cargo X, mas no decorrer do contrato de trabalho foi desviado de suas atividades e atualmente exerce as funções relativas ao cargo Y, de maior complexidade e salário.

Ainda com o contrato em vigor, Gerson ajuíza reclamação trabalhista postulando o reconhecimento do desvio funcional, o enquadramento correto, de acordo com o que está de fato realizando, e o pagamento das diferenças salariais pretéritas.

De acordo com as normas em vigor e do entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se comprovado o desvio, Gerson terá direito às diferenças salariais, mas não terá direito a um novo enquadramento.
- (B) O pedido formulado é juridicamente impossível em razão da natureza jurídica da reclamada, de modo que será julgado improcedente.
- (C) O empregado fará jus a um novo enquadramento em razão do princípio da primazia da realidade e da proteção à figura do trabalhador.
- (D) As Leis são omissas a respeito, de modo que não há óbice ao reconhecimento do desvio funcional, mas a diferença salarial será retroativa à data do ajuizamento da ação.
- (E) Gerson, em comprovando a alegação de desvio, terá direito ao novo enquadramento e ao pagamento das diferenças salariais pretéritas.

50

Sobre a dinâmica e forma de liquidação no processo do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode acontecer por artigos ou arbitramento, sendo obrigatório que as partes tenham vista dos cálculos elaborados antes da homologação.
- (B) Não se admite liquidação mista e não é obrigatório que o juiz indique na sentença a forma de liquidação, pois isso será decidido na fase executória.
- (C) A CLT obriga que o juiz indique na sentença a forma de liquidação, que poderá ser apenas por cálculo ou artigos.
- (D) Pode ser feita por cálculos, artigos ou arbitramento, sendo facultado ao magistrado conferir vista dos cálculos elaborados antes da homologação.
- (E) Se a liquidação for feita por meio diverso daquele previsto na sentença haverá nulidade porque isso consta da parte dispositiva da sentença.

51

Analise os casos a seguir.

- I. Pedro, 12 anos, pretende participar de uma novela como ator.
- II. Rogério é empregado de uma estatal e durante toda a sua vida funcional contribuiu para o ente de previdência privado a ela vinculada, dela recebendo atualmente complementação de aposentadoria.
- III. Mirtes foi contratada pela União na condição de trabalhador temporário, na forma do Art. 37, inciso IX, da CRFB/88.

De acordo com a Lei e o entendimento atual do STF, assinale a opção que indica onde Pedro deverá requerer autorização para trabalhar, onde Rogério deverá ajuizar a ação reclamando a diferença na complementação de sua aposentadoria e onde Mirtes reclamará os direitos lesados no decorrer do seu contrato.

- (A) Tudo será dirimido na Justiça do Trabalho, pois todos os personagens são empregados ou trabalhadores.
- (B) Juizado da Infância e Juventude para Pedro, Justiça Comum para Rogério e Justiça Federal para Mirtes.
- (C) Juizado da Infância e Juventude para Pedro e Justiça do Trabalho para os demais.
- (D) Todos os casos serão apreciados pela Justiça comum estadual.
- (E) Justiça do Trabalho para Pedro e Rogério e Justiça Federal para Mirtes.

52

Na audiência de reclamação trabalhista movida em face de uma sociedade de economia mista, o advogado do autor insurgiu-se contra o preposto que foi apresentado, afirmando que ele não presenciou os fatos debatidos na ação, mesmo porque foi admitido após a saída do demandante. Em razão disso, requereu que a empresa fosse considerada carente de assento à mesa de audiência e que fosse aplicada a revelia.

De acordo com a situação retratada, os ditames da CLT e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) O preposto não precisa ter testemunhado os fatos e, no caso em tela, precisaria ser empregado da empresa.
- (B) O preposto não viveu os fatos, daí não pode representar a empresa que, assim, terá a revelia aplicada contra si.
- (C) Na Justiça do Trabalho o preposto necessariamente precisa ser empregado da empresa e ter ciência dos fatos.
- (D) A CLT e o TST nada dizem acerca da necessidade do preposto ser empregado, mas ele precisa ter conhecimento dos fatos.
- (E) Só se admitirá preposto que seja contemporâneo aos fatos e os tenha presenciado, podendo ou não ser empregado da ré.

53

Jerônimo tomou posse como Presidente da CIPA mantida junto ao seu empregador. Um ano após, foi dispensado sem justa causa e, em seguida, ajuizou reclamação trabalhista postulando sua reintegração.

A respeito do caso concreto, e de acordo com as normas de regências e do entendimento consolidado pelo TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) Jerônimo não poderá ser reintegrado porque o seu mandato já findou, e com isso terminou a sua garantia.
- (B) O trabalhador tem garantia no emprego durante todo o mandato e até 1 ano após, daí porque poderá ser reintegrado.
- (C) Se reintegrado for, pois é direito do empregado, não serão pagos os salários e vantagens do período de afastamento.
- (D) Jerônimo só poderá ser reintegrado ou indenizado se ajuizar a ação no período de garantia no emprego, ou seja, no lapso de 1 ano contado da dispensa.
- (E) O empregado não terá direito ao retorno por não estar amparado por garantia provisória no emprego.

54

Em relação ao contrato temporário, e considerando a Lei de regência (Lei nº 6.019/74) e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível a contratação temporária de empregado para atuar na área rural.
- (B) Seu prazo máximo de vigência, em qualquer hipótese, é de 6 meses, já computada a prorrogação.
- (C) É permitido às empresas de serviço temporário contratar estrangeiros com visto provisório de permanência no país.
- (D) Pode ser utilizado para substituir empregado que atua na atividade-fim do tomador dos serviços.
- (E) Caso a empresa prestadora do serviço temporário venha a falir, o tomador responderá subsidiariamente pelos créditos dos empregados daquela que estão ao seu serviço.

55

Hélio, que trabalhava como operador de máquinas, foi aposentado por invalidez em 2007, quando tinha 35 anos de idade, e ajuizou ação em 2015 postulando o pagamento de horas extras relativas ao período em que ainda se ativava na empresa.

Sobre a situação retratada, e de acordo com a legislação em vigor e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso arguida, a prescrição parcial deverá ser acolhida e o pedido julgado improcedente.
- (B) Não há prescrição porque a aposentadoria suspendeu o contrato e a contagem da prescrição.
- (C) Considerando que após o prazo 5 anos a aposentadoria torna-se irreversível, o contrato de trabalho foi extinto em 2012, havendo prescrição total.
- (D) Haverá o fenômeno jurídico da decadência por se tratar de direito potestativo puro.
- (E) A declaração da existência de horas extras não prescreve em razão da sua natureza, mas a condenação ao seu pagamento sim, em razão do ato único do empregador.

56

João é vendedor externo em uma empresa, com CTPS assinada, e recebe salário fixo acrescido de 3% sobre as vendas que efetua. Se o empregado quiser, conforme previsto em norma interna da empresa, poderá optar por receber 5% sobre a venda efetuada, com a condição de arcar com o valor dela caso o comprador fique inadimplente.

Assim, se a opção for feita e a venda for paga normalmente, a comissão do empregado será maior; se não houver pagamento, por qualquer razão, o empregado quitará a dívida em nome do comprador e poderá perseguir o crédito posteriormente em ação regressiva.

Diante da situação hipotética e de acordo com os princípios e normas trabalhistas, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ajuste é lícito pois não obrigatório, e se o empregado vai ganhar percentual superior é justo que ele tenha algum risco em contrapartida.
- (B) A cláusula, chamada *star del credere*, é ilegal, sendo expressamente vedada para o representante comercial e, com maior razão, ao empregado.
- (C) A CLT admite essa cláusula, chamada *truck system*, desde que o empregado receba o dobro da comissão normal, o que não ocorreu na hipótese, invalidando-a.
- (D) A cláusula é lícita e se a venda fosse feita parceladamente, o empregado teria direito de receber as comissões de acordo com o vencimento das parcelas.
- (E) A cláusula é ilícita porque acertada por acordo individual, enquanto o modelo de regência específica que ela teria de ser estipulada em acordo coletivo.

Legislação Específica sobre Saneamento

57

Nos termos do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e da Coleta de Esgotos, realizadas pela Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, as opções a seguir apresentam ações ou omissões que constituem infração do usuário/cliente, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo.
- (B) Lançamento de águas pluviais nas instalações de esgotos.
- (C) Impedimento injustificado na realização de vistorias ou fiscalização por empregados do prestador de serviços ou seu preposto.
- (D) Deixar de efetuar o pagamento da tarifa pelo serviço de saneamento no prazo estipulado.
- (E) Utilização de bombas ou outros dispositivos destinados a captação forçada de água diretamente da rede de distribuição.

58

Com relação à cobrança de faturas pela Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () O proprietário e o usuário ocupante do imóvel respondem solidariamente pelos débitos referentes às faturas emitidas pela COMPESA.
- () A COMPESA poderá inscrever o proprietário ou o usuário inadimplentes nos serviços de proteção ao crédito.
- () Dos clientes que permanecerem com o abastecimento cortado durante todo o período de apuração do consumo mensal, não será cobrada tarifa pelo período correspondente.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) V, F e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, V e V.
- (E) F, V e F.

59

Leia o fragmento a seguir:

“_____ serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade _____, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do _____.”

Assinale a opção que indica corretamente os trechos suprimidos do fragmento.

- (A) Constitui – privada – poder público
- (B) Constitui – da COMPESA – poder público
- (C) Constitui – pública – titular da propriedade
- (D) Não constitui – privada – gerador
- (E) Não constitui – da COMPESA – titular da propriedade.

60

A respeito do regime tarifário da Política Nacional de Saneamento Básico, de acordo com o disposto na Lei nº 11.445/2007, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () É vedada a concessão de subsídios, sob pena de violação à isonomia.
- () Os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos serão necessariamente remunerados por tarifa.
- () Os subsídios somente podem ser concedidos a usuários determinados, em virtude de sua baixa renda ou localidade e não ao prestador de serviço.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e F.
- (B) F, V e F.
- (C) F, F e V.
- (D) V, F e V.
- (E) F, F e F.

Realização

